

**IGREJA E CORONELISMO: O PADRE DOM JOSÉ MAGNANI ENTRE OS
CORONÉIS DE LENÇÓIS PAULISTA**

Laura Laís de Oliveira¹
Roger Marcelo Martins Gomes²

RESUMO

O presente estudo busca apresentar o fenômeno coronelista em Lençóis Paulista, destacando as principais características desse sistema através de vários autores pesquisados. Busca identificar também as permanências associadas ao fenômeno presentes em nossa sociedade. Propôs-se a investigar a existência do fenômeno no município de Lençóis Paulista durante a República Velha (1889-1930); apresentando um exemplo típico de coronel, caracterizado através da atuação do Padre Dom José Magnani. Desta maneira, buscamos confirmar a inserção de José Magnani no rol dos coronéis lençoenses, apresentando suas particularidades. Podemos considerar que o mesmo exerceu grande influência política, econômica e religiosa no município; características primordiais para a constituição de um chefe local; configurando-se como um coronel de batina em Lençóis Paulista.

Palavras-chave: Coronelismo. Lençóis Paulista. Padre José Magnani. República Velha.

1 INTRODUÇÃO

O estudo do coronelismo constitui um debate historiográfico clássico na literatura brasileira, sendo analisado através de diferentes perspectivas e por vários autores. O interesse pelo estudo do Coronelismo está vinculado às permanências de algumas características desse sistema presentes no Brasil atualmente, como o paternalismo e a estruturação das divisões de terra no país, que desde o período colonial apresentou-se de maneira irregular, privilegiando uma minoria da população. Durante o período Republicano no Brasil, o direito a posse de terras continuou

¹ Graduada pela Universidade Sagrado Coração – Bauru – SP.

² Orientador, Prof. Ms. Roger Marcelo Martins Gomes.

sendo privilégio de poucos, e a esses poucos foram delegados poderes, principalmente o político.

Em relação à Lençóis Paulista, o interesse está vinculado principalmente a um estudo mais aprofundado da história do município, especificamente durante o período da República Velha (1889-1930).

Desta maneira, o presente estudo busca analisar o fenômeno coronelista no município de Lençóis Paulista, apresentando um caso típico de coronel, expresso na figura do Padre Dom José Magnani; buscando compreender também a relação entre igreja e o coronelismo no município.

Junto à bibliografia pesquisada, buscamos identificar algumas características do fenômeno coronelista em Lençóis Paulista durante a República Velha (1889-1930); como o mandonismo, o filhotismo, o fidelismo e o paternalismo; a fim de comprovar a existência do sistema coronelista no município e de investigar se o Padre José Magnani constituiu-se como um coronel de batina em Lençóis Paulista.

Para isso, foi realizado inicialmente um rastreamento bibliográfico sobre o Coronelismo. Posteriormente, buscamos bibliografias referentes à história do município de Lençóis Paulista; relacionadas especialmente a atuação de José Magnani. Finalmente, a partir das referências bibliográficas, constituídas essencialmente através de livros, o trabalho foi sistematizado.

Acreditamos que o presente estudo contribuirá de maneira significativa para o debate historiográfico do coronelismo, pois demonstra suas raízes e algumas permanências, e desse modo é capaz de nos levar a reflexão sobre alguns problemas enfrentados pela sociedade brasileira hoje; além de apresentar uma pequena parte da história do município de Lençóis Paulista, inserindo-o no contexto do Brasil republicano. Através dele será possível também analisar uma particularidade do fenômeno, constituída pela relação entre igreja e o coronelismo.

2 O CORONELISMO COMO FENÔMENO POLÍTICO: DEFINIÇÕES TEÓRICAS

Classicamente se afirma que a origem do sistema coronelista está vinculada ao período Imperial brasileiro, com a criação da extinta Guarda Nacional, em 1831. Porém sua consolidação efetiva acontecerá durante a República brasileira, a partir da Presidência de Campos Salles (1898-1902), estendendo-se até a Revolução de 1930.

Carone (1972) afirma que há uma origem comum entre o oligarca e o coronel, mas em relação ao coronel sustenta que o seu poder restringe-se a âmbito local, enquanto o do oligarca estende-se a nível estadual. Segundo o autor, o oligarca atua como um coronel ou como um representante do mesmo. O fenômeno coronelista é resultado de nossa formação histórica, pois a forma de organização da sociedade brasileira desde o período colonial, caracterizada pela descentralização política, contribuiu para o desenvolvimento do sistema.

As oligarquias tiveram um papel significativo na condução da política durante o período republicano, e dependendo do Estado enfocado, verifica-se maior autonomia de determinado partido na condução da política, principalmente nas regiões onde as relações sociais são mais complexas. Nos Estados menos favorecidos, predomina o controle de determinado grupo ou família. Os coronéis atuam principalmente no segundo caso, pois seu poder concentra-se especialmente nos municípios.

Quanto à permanência das oligarquias no poder, pode ser constatado que as mesmas controlam a regulamentação das leis, buscando a legitimação de grupos de acordo com seus interesses. Os grupos oligárquicos são compostos a partir de laços de parentesco, afinidades partidárias, cargos de confiança, dentre outros.

A formatação das oligarquias brasileiras não se dá de forma homogênea; pois cada Estado apresenta suas particularidades, e desta maneira, sua configuração pode apresentar-se como domínio pessoal, familiar ou partidário. Porém apesar das particularidades regionais, o governo está vinculado ao partido, pois o predomínio das oligarquias significa controle partidário e governamental.

Apesar das especificidades regionais é possível estabelecer um ponto em comum entre as oligarquias, caracterizado pela concentração e pelo exercício do poder, pois todas as decisões políticas eram tomadas exclusivamente pelos partidos, visando garantias individuais aos oligarcas. Além disso, apesar de suas diferenças, é importante lembrar que no momento da eleição presidencial os partidos republicanos firmavam acordos a fim de indicar candidatos para a Presidência da República.

Quanto ao processo eleitoral como um todo pode ser constatada a influência determinante das oligarquias; que utilizavam formas de coerção diversificadas a fim de convencer a maioria da população a eleger candidatos representantes de seus interesses. Neste contexto, o chefe político local, o coronel, possui importância significativa, pois responde ao Estado através do município e da região

“administrada” por ele. Portanto cabe ao coronel convencer “a sua gente” ou por bem ou por mal a eleger candidatos indicados por ele.

Em relação ao fenômeno coronelista, Fausto (2000) afirma que o mesmo é resultado do clientelismo, existente no campo e nas cidades, resultado de uma política administrativa falha, na qual a atuação de indivíduos em prol da comunidade local o caracteriza perfeitamente. Desta maneira, a pobreza de algumas comunidades rurais e urbanas, o desemprego, a exclusão em relação às decisões políticas são fatores que o legitimam.

Os coronéis dependem do Estado para garantir benefícios à população, pois as divisas para os municípios são enviadas por ele. Portanto cabe aos coronéis conduzir sua população local a eleger candidatos favoritos do Estado, especialmente quando os benefícios atingiriam toda ou a maioria da comunidade.

Para Faoro (1979), o Coronelismo é visto como uma “política de compromissos”, uma “troca de proveitos”, estabelecida entre o governo estadual e os chefes locais, que conquistam o eleitorado através de promessas que atendam suas necessidades e reivindicações básicas.

O fenômeno também é caracterizado pelas relações de compadrio, estabelecidas entre os coronéis, seus capangas, definidos por Faoro como “indivíduos sem vontade própria”, além de seus dependentes imediatos, como os seus empregados, devedores, e os moradores de suas terras.

Cabe ressaltar que a aliança estabelecida entre os coronéis e os grupos citados acima, perdura até o momento em que o chefe local goza da confiança do grupo dirigente estadual, tomando decisões favoráveis a ele. Porém se determinadas autoridades estaduais como o juiz de direito e ou o promotor público, entram em conflito com o coronel, são removidas do cargo, e o fato expressa o grande poder político e econômico atribuído aos chefes locais.

Para Janotti (1981) o sistema coronelista é característico da estrutura agrária brasileira, estendendo-se predominantemente pelo interior do país. Desta maneira, através da análise da questão estrutural das terras no Brasil, é possível encontrar as origens do Coronelismo no Brasil colonial. Primeiro porque as sesmarias eram doadas diretamente pelo rei, às pessoas de sua escolha e confiança, os colonos, para que nelas pudessem fixar-se, semear a sua plantação, na maioria das vezes essa produção era voltada para exportação, a fim de atender aos mercados consumidores europeus, especialmente Portugal, a metrópole.

Além da questão da distribuição das terras no Brasil colonial, amplamente hierarquizada, o outro fator que contribui para encontrar traços do Coronelismo neste momento de nossa história, é a existência do “poder pessoal”, ligado à questão das terras e posses. Poder exercido pelo senhor de engenho e pelos representantes das Câmaras municipais.

Aliando os fatores expostos acima, é possível entender o significado do sistema coronelista no Brasil, assim como sua configuração. O nascimento do fenômeno está vinculado à nossa formação histórica, principalmente a distribuição das terras no país. Está relacionado também a descentralização do poder imperial e ao estabelecimento da divisão dos poderes no país, entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Cabe acrescentar que após a descentralização política imperial, junto à divisão dos poderes, houve também a implementação do federalismo, instaurado através da Constituição de 1891, garantindo aos Estados atuar com maior autonomia.

A implementação do princípio federalista contribuiu para o aparecimento de uma figura notável e característica do Republicanismo do país, o governador de Estado, oligarca, que obterá grande prestígio durante a Presidência de Campos Salles, junto à “Política dos Governadores”, caracterizada como uma política que “tinha como objetivo harmonizar os interesses dos estados mais ricos, fortalecer as situações estaduais e assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis”. (JANOTTI, 1981, p. 32).

Os fatores que garantiram à ascensão dos republicanos ao poder não se restringem somente ao autoritarismo local, mas também à crise do “Antigo Regime”, caracterizada pelo fim do escravismo, pela introdução da imigração, pelo surgimento de novas áreas cafeeiras, enfim pelo primeiro passo dado pelo país rumo à industrialização, modernização e conseqüentemente a um novo sistema econômico.

Nesse contexto é possível afirmar que o coronel é possuidor de grande prestígio e poder de coerção, mantém a fidelidade dos eleitores em troca de benefícios, a fim de garantir-se no poder, para manutenção e aumento de seus privilégios. E esse poder fica restringido na maioria das vezes ao âmbito local.

Comumente, imagina-se o coronel como um típico fazendeiro, vestindo paletó, usando chapéu e botas, o mais próximo da sociedade colonial, por assemelhar-se com o senhor de engenho. Mas para Janotti (1981) o verdadeiro coronel era aquele quem conseguia obter junto ao governo, prestígio e apoio,

visando eleições favoráveis ao Estado, e no rol dos coronéis poderiam ser incluídas raras vezes também algumas mulheres, e com maior intensidade os padres, e em relação aos últimos, o exemplo mais clássico e bastante influente, é o do padre Cícero, na Bahia, o Coronel de batina.

Quanto às eleições, desde o princípio, havia grande influência dos coronéis, pois os mesmos forneciam transporte para os eleitores, garantiam o policiamento para bem transcorrer as eleições, dentre outros, e para garantia de seus privilégios, as eleições eram permeadas de inúmeras fraudes, desde acrescentar na lista de eleitores o nome de pessoas falecidas e entregar cédulas já preenchidas com os candidatos dos coronéis aos eleitores.

Mas, para isso, havia um preço a ser pago pelos coronéis, pois como se tratava de uma “política de compromissos”, a cada privilégio garantido junto ao governo do Estado, havia incutida uma obrigação, assim como também aos seus eleitores, aos demais chefes locais e aos outros proprietários rurais.

O prestígio dos coronéis foi sendo minado a partir da Revolução de 1930, na qual é possível observar uma mudança estrutural na sociedade brasileira, cujo cenário rural abre espaço para o urbano, com o prenúncio de um novo sistema econômico. A industrialização e a atuação dos operários brasileiros em busca de maior participação na vida política, melhorias nas condições de trabalho, dentre outros, são fatores contribuintes para o desmantelamento do sistema coronelista.

Cabe enfatizar que esse desmantelamento não acontece de forma total, pois atualmente há resquícios do coronelismo em nosso país, e isso é evidenciado quando são detectadas algumas de suas características principais, presentes desde o Brasil colônia, como por exemplo, o paternalismo.

Leal (1997) também afirma que o coronelismo deve ser entendido como uma “política de compromissos”, nas quais há uma recíproca entre governo estadual, representante do poder público; e o poder privado, composto pelos chefes locais, os coronéis.

O autor acima sustenta ainda que as características secundárias do fenômeno coronelista resumem-se em: mandonismo – perseguição contínua e quando necessária violenta aos adversários; o filhotismo – a proteção exagerada aos seus membros e adeptos; fidelismo – fidelidade total ao coronel, o roceiro mesmo desentendendo-se com o coronel encontrará uma forma de reconciliação; paternalismo – o coronel assume a proteção das pessoas de sua comunidade.

Além das características apresentadas acima, é possível afirmar que o coronelismo configura-se como um sistema mantenedor da política local e estadual, utilizando-se de fraudes eleitorais para a garantia do poder.

O mecanismo de sustentação do mesmo é a concentração fundiária e a composição da classe rural do período: roceiros, rendeiros, colonos, pequenos proprietários, a maioria analfabetos e que viam o coronel como um verdadeiro pai, capaz de auxiliá-los tanto em relação a disputas territoriais, questões amorosas, financeiras, dentre outras.

Apresenta-se também como um sistema de grande complexidade, nas quais os coronéis são cooptados pelo Estado em busca de prestígio político. Os roceiros contribuem de maneira significativa para a alimentação desse sistema, pois como eleitores, são controlados politicamente pelos coronéis.

O cenário coronelista desenrola-se ruralmente. É nas comunidades rurais que o mesmo encontra forças para sobreviver. Sua existência atua inversamente as atividades urbanas, a indústria e ao comércio. É resultado da decadência do poder privado, ou seja, da descentralização política e administrativa, e do fortalecimento do poder público, apesar da existência das oligarquias.

Em relação ao Coronelismo, é possível afirmar que ele é característico da República brasileira, e sua existência provém de nossa estrutura agrária, assim como da divisão das terras no país atualmente. É possível afirmar também que o sistema coronelista apresenta características do Brasil colonial, assim como a estruturação das divisões de terra hoje no Brasil está formatada aos moldes da sociedade coronelista, essencialmente hierarquizada e monopolizada por pequena parcela da população brasileira.

2 DOM JOSÉ MAGNANI (1851-1921): O CORONEL DE BATINA LENÇOENSE

A história de Lençóis está intimamente ligada à religiosidade, pois a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX houve a influência de líderes religiosos nas decisões políticas e administrativas do município.

Padre José Magnani, nasceu em 21 de fevereiro de 1851, em Silano, Província de Massa e Carrara, onde foi ordenado padre. Chegou ao Brasil no ano de 1886 sendo nomeado Vigário de Anhemby. Em 1887, exatamente no dia 25 de fevereiro chegou em Lençóis. O Padre foi recebido em Lençóis por um grande

número de católicos, que o aguardava próximo a Rua Cel. Joaquim Anselmo Martins e que o acompanhou em procissão até a Matriz de São Benedito, no Bairro da Prata.

Dom José Magnani era alto e magro, e uma característica física que chamava a atenção no mesmo eram os cabelos compridos, semelhantes aos de Tiradentes. Outra característica iminente do Padre era a utilização constante de batinas pretas. Além disso, Padre Magnani era um homem muito inteligente, corajoso e um ótimo orador. O fato de Padre Magnani usar os cabelos compridos, semelhantes aos de Tiradentes talvez esteja relacionado a posição política adotada por ele, pois demonstra sua afeição ao Republicanismo, confirmada por Chitto (1980). De acordo com o autor, o Padre aderiu ao novo sistema político desde o momento de sua implantação oficial, no dia 15 de novembro de 1889, pois o novo regime já vinha sendo cogitado no país desde o período colonial, através de alguns movimentos isolados, influenciados principalmente pelos ideais republicanos da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos.

Cabe lembrar que a Proclamação da República gerou uma série de contendas políticas no Brasil, estendendo-se também a Lençóes. Os conflitos políticos envolveram representantes do novo sistema, Republicanos ou liberais e representantes do “Antigo Regime”, Monarquistas ou conservadores, além de acontecerem também dentro do próprio Partido Republicano, envolvendo seus membros.

Ainda em relação a Dom Magnani, Chitto (2008) afirma que o mesmo adaptou-se com facilidade em Lençóes, pois quando chegou ao município, constatou que a maioria da população era formada por imigrantes italianos, que vieram ao Brasil para trabalhar nas lavouras cafeeiras em substituição a mão-de-obra escrava, pois a partir de 1850, através da proibição da vinda dos negros da África, o número de escravos “importados” pelo Brasil diminuiu drasticamente.

Dom Magnani atuou como grande ativista dos imigrantes, possibilitando a transferência de imigrantes cremoneses instalados na Fazenda Banharão, pertencente a Eliseu Antunes Cardia, para o atual Bairro da Rocinha. Junto com os imigrantes instalou uma olaria para a fabricação de tijolos e de telhas no Bairro, com a pretensão de reiniciar a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade, porém desentendeu-se com os italianos e os mesmos fundaram um outro núcleo próximo ao Bairro, denominado também “Rocinha”.

A influência exercida por Dom José Magnani em Lençóes não aconteceu somente no âmbito religioso, pois ele interferiu ativamente na vida política do município, sendo nomeado no dia 2 de janeiro de 1890 Intendente, atuando posteriormente como Presidente da Câmara. Desta maneira, é possível afirmar que Dom José Magnani, apesar de não possuir a patente de Coronel, apresenta muitas características que nos permitem o conceber como tal.

Cabe lembrar nesse momento as principais características do verdadeiro coronel destacadas por Janotti (1981), apresentando-o como aquele quem conseguia obter junto ao governo prestígio e apoio, visando eleições favoráveis ao Estado. E no rol dos coronéis, os padres estão incluídos com bastante intensidade.

Em relação ao Padre Magnani pode ser constatado que inicialmente o mesmo possuía um grande prestígio em Lençóes junto a população católica, às autoridades eclesiásticas, possuidoras de prestígio junto as esferas governamentais e até mesmo fiéis de outras religiões, pois segundo relatos da época, o mesmo ao chegar no município, “tratou de colocar as coisas no lugar”, pelo menos as relacionadas ao seu ofício, o que diz respeito principalmente a edificação de uma nova Matriz. Cabe lembrar que o Vigário ao chegar ao município recebeu o título de “Fabriqueiro da Paróquia” e desta maneira, passou a ser o proprietário do patrimônio da Matriz Nossa Senhora da Piedade, o que favoreceu seu prestígio junto aos lençoenses.

Os principais adversários políticos de Dom Magnani estiveram representados por parentes ou adeptos do Cel. Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, o primeiro a receber o título de “Fabriqueiro da Paróquia” no município.

A atuação política de Dom Magnani favoreceu o seu desprestígio junto á comunidade lençoense, pois a vida política do município no período era bastante agitada e violenta, e a disputa ideológica central naquele momento era travada entre defensores do Antigo Regime, ou seja, o regime Monárquico e os adeptos dos ideais republicanos, pautados no federalismo e na descentralização administrativa, possibilitando aos Estados atuar com maior autonomia.

A existência de um documento enviado pela Câmara de Lençóes ao Presidente da Província (governador do Estado) Barão de Jaguará, redigido pelos Intendentes, datado em 6 de junho de 1889, pertencente ao Arquivo do Estado, comprova a satisfação de alguns lençoenses com a atuação do Vigário:

Illmo. Exmo. Snr.

...Cumpre-nos confessar a V. Exa. que o Vigário denunciado, longe de merecer a mínima censura por parte de quem quer que seja, é digno dos maiores encômios e da gratidão de seus parochianos, não só porque tem pugnado corajosa e incansavelmente pelo progresso e desenvolvimento desta Vila e seu Município, como também porque Lenções jamais teve a dita de possuir um sacerdote tão distinto e recto no cumprimento de seus deveres como Reverendo Padre D. José Magnani. É grato summamente a esta Camara ter esta ocasião de externar a V. Exa. o alto conceito em que é tido o mesmo Reverendo Padre, na opinião quase unanime do poço d'este município.

Esperando que o protesto lavrado a esta representação será tomado na devida consideração, confiados aguardamos a decizão de V. Exa. (CHITTO, 1978, p. 104)

Abaixo constam os nomes de três vereadores que faziam parte da Câmara de Lenções no período: Octaviano Martins Brizola, Ignácio Alves da Silva e Joaquim Duarte Moreira, além do Presidente da Câmara, Antonio Fructuoso da Rocha; os responsáveis pelo envio do documento ao governo do Estado.

As perseguições ao Vigário Magnani eram influenciadas principalmente pelo engenheiro Ismael Marinho Falcão, grande amigo do delegado no município, o Tenente Antonio da Costa Pinto. Numa dessas perseguições, foi ordenado aos policiais que conduzissem o Vigário até o Rio da Prata e cortassem-lhe o cabelo. Porém os policiais não tiveram coragem e liberaram o padre. Após o atentado, e as constantes empreitadas do delegado, Dom Magnani viajou para São Paulo, e através de alguns amigos políticos, conseguiu voltar para Lenções acompanhado de trinta policiais, pertencentes à Força Pública do Estado, a fim de garantir sua segurança.

O engenheiro Ismael Falcão sentindo-se ameaçado fugiu para Bauru e o delegado percebendo que seria preso, vestiu sua farda da Guarda Nacional no dia em que os policiais do Estado foram a sua procura. Os mesmos desistiram de prendê-lo e as perseguições ao Vigário não cessaram.

Uma das realizações mais importantes de Dom José Magnani esteve relacionada a construção da primeira Estação Ferroviária em Lenções, pois após a fundação da Companhia Sorocabana, em 1870, a Estrada de Ferro chegou as imediações de Boituva, estendendo-se a Botucatu e posteriormente a Lenções. Porém, os políticos lençoenses convenceram a Companhia a alterar o traçado da estrada de ferro, pois inicialmente seria edificada uma estação próxima ao Sobradão, mas devido a interferência de Dom Magnani, a mesma acabou sendo

construída próxima ao Rio Lençóes. Dom Magnani doou gratuitamente o terreno para a construção da estação.

A estação foi inaugurada oficialmente no dia 29 de agosto de 1898, e estava enfeitada na ocasião por “bandeirolas coloridas” (CHITTO, 2008, p. 62). Várias pessoas estiveram presentes na inauguração da estação, dentre elas algumas autoridades, além do povo e uma banda musical.

A estação construída em Lençóes correspondia segundo Chitto (2008, p. 63) ao “ponto principal para o abastecimento das locomotivas”. E desta maneira, era comum o estacionamento das mesmas no município por “um razoável período”. Isso aconteceu também a locomotiva que levava para Bauru o Presidente da República, Afonso Pena, e o Presidente do Estado Albuquerque Lins, para a inauguração de um trecho importante da ferrovia Noroeste do Brasil, no ano de 1907. Na ocasião, muitos lençoenses concentraram-se na plataforma da estação para cumprimentar Afonso Pena e Albuquerque Lins.

Em 1890, o Padre Magnani assumiu a Intendência do Município e as disputas políticas entre ele e os seus opositores aconteceram de forma acirrada. Desta maneira, houve a necessidade de levar grande parte desses desentendimentos ao conhecimento dos governos eclesiástico e estadual. Porém, tanto o Estado quanto a Igreja decidiram não intervir, pois acreditavam que as disputas estavam mais relacionadas a caprichos pessoais de ambas as partes, do que a questões referentes a benefícios para a população.

O documento abaixo apresentado por Chitto (1980), pertencente à Cúria Metropolitana de São Paulo, dirigido ao Vigário Capitular do Bispado e enviado pela Câmara Municipal de Lençóis; datado em 6 de novembro de 1897, comprova os desentendimentos entre o Vigário Magnani e as autoridades políticas do município:

Os abaixo assignados, membros da Camara Municipal de Lençóes, vem perante V. Exa. Rev.ma denunciar o Padre José Magnani, vigário desta parochia de Lençóes, pelos factos que passa a expor. Deixando de parte inumeros crimes do Padre José praticado contra pessoas miseraveis mostrando de modo terminante a auzencia absoluta do sentimento de caridade christã, que é uma das mais viçosas flores compõem a aureola do verdadeiro sacerdote, deixando de parte a aggressão instante e constante que provoca e executa contra as leis organicas do Paiz, levando sua palavra profanadora da tribuna sagrada a centelha da desordem e da rebelião, desorganizando por seus conselhos contra o casamento civil, a familia ao desabrigo do direito, de sucessão a que muitos salteadores da Honra nesta terra se unam perante o altar e quatro, oito ou mais alguns dias depois abandonarem suas desgraçadas victimas e passem impunes, pois, que não estão constrangidos por determinações de lei. Pondo de parte

estes factos que acabamos de argüir succintamente e outros que foram minuciosamente narrados em uma denuncia que o povo desta parochia, enviou a Sex.a Rev.ma Snr Bispo desta Diocese, a Camara Municipal denuncia mais os seguintes factos a Vossa Rev.ma [...] (CHITTO, 1980, p. 127)

Abaixo seguem dez acusações contra a atuação de Dom Magnani em Lençóes. A primeira relacionada á obtenção de patrimônios, pois segundo a Câmara, as terras poderiam ser compradas por mil réis “por braça”, porém Dom Magnani cobrava pelas mesmas um imposto anual.

A segunda diz respeito á cobrança de mil réis feita por Dom Magnani pelo sepultamento dos cadáveres no cemitério municipal. A terceira coloca que o Padre despejou Maria David de sua casa por não poder pagar “o foro anual á fábrica”. A quarta denuncia o Vigário por leiloar prendas dentro da Igreja.

A quinta está relacionada á apropriação feita pelo Padre do templo maçônico utilizado anteriormente a construção da Igreja Matriz para a realização das celebrações religiosas, pois ao chegar em Lençóes, deparando-se com a inexistência de um templo religioso, Magnani solicitou aos maçons no ano de 1887, o edifício do Centro Maçônico, que na época estava localizado na Rua XV de novembro, no quarteirão entre as ruas Floriano Peixoto e Pedro Natálio Lorenzetti. O templo foi transformado pelo Vigário num Oratório, denominado São Benedito e posteriormente em Igreja Matriz.

A sexta está relacionada novamente ao estado de conservação do Cemitério Municipal, e ao entrave por parte do Vigário quanto á reforma do cemitério, empreendida pelo Cel. Joaquim Gabriel de Oliveira Lima, o Tenente Cel. Candido da Cunha Nepumoceno e outros cidadãos. A sétima denuncia o padre pela apropriação das casas de colonos italianos, obrigados a pagar impostos ao Vigário. A oitava denuncia Dom Magnani pelo enterro de uma criança junto a uma capela de sua propriedade, contrariando as decisões policiais e da Câmara. A nona o condena pela apropriação do Gabinete da Leitura, prédio na qual o mesmo não possuía parte alguma. E a última denuncia o Vigário Magnani por transformar “o altar em um balcão onde troca dinheiro de costas para o sacrário”.

Abaixo das acusações constam os nomes das seguintes testemunhas: Juvenal Galeno de Souza Vianna, Major Guilherme Roiz Duarte Ribas, Augusto de Mello Camello Bastos, Ildelfonso Antonio dos Santos, Joaquim Pinheiro de Freitas, Cel. Manoel Amâncio de Oliveira Machado, Joaquim Duarte Moreira, João Amaro da

Silva, José Candido Silveira Correa – Presidente da Câmara, Octaviano Martins Brisola – Intendente, Antonio Januário de Vasconcellos – vereador, Eduardo Can Ribeiro – vereador, Antonio Alves Maciel – vereador e Benedicto Octavio de Almeida Córdia – vereador.

Existe um outro documento enviado ao Bispado e datado em 3 de dezembro de 1897, reproduzido por Chitto (1978, p. 127) contendo as respostas do Vigário Magnani as acusações feitas pela Câmara de Lençóes descritas acima. O Vigário apresenta no documento sua inocência mediante as denúncias e acusa as autoridades políticas lençoenses de o caluniarem, pede ainda as autoridades eclesiásticas a averiguação das acusações feitas em relação ao mesmo.

Dom Magnani acusa ainda “os capangas” do falecido Cel. Joaquim Gabriel de Oliveira Lima - o Intendente Octaviano Martins Brisolla, Pedro José de Almeida e Ricardo Cosme de Souza Mendes, genro do Presidente da Câmara, José Candido da Silveira Correa, e os vereadores Antonio Januário de Vasconcellos e Benedicto Octavio de Almeida Cardia; de se oporem ao aforamento do Patrimônio da Matriz Nossa Senhora da Piedade, apresentando a Câmara de Lençóes como usurpadora. O mesmo afirma também que agiu segundo as determinações da Lei de 25 de janeiro de 1893, que autoriza o aforamento dos bens patrimoniais.

Os desentendimentos políticos entre Dom Magnani e seus opositores desencadearam uma tragédia, pois no dia 31 de março de 1899, o padre ao deixar a Igreja e seguir para sua casa foi abordado por um homem chamado Lazinho. O mesmo disparou um tiro contra o Vigário, que foi atingido no pulmão direito; fugindo logo em seguida. O sacerdote não faleceu, porém permaneceu vários meses recolhido em sua casa restabelecendo-se.

Após o atentado Padre Magnani continuou cumprindo suas funções como sacerdote e não abandonou suas idéias políticas, opostas aos compositores da Câmara Municipal. No ano de 1900, Dom Magnani foi demitido, devido as constantes desavenças com os políticos do município; porém continuou residindo em Lençóes.

Em 1914 retornou como Vigário definitivo do Município e, neste momento, a construção da Igreja Matriz já estava bastante adiantada. No ano seguinte, 1915, a Igreja Matriz ficou pronta e todas as celebrações religiosas passaram a ser realizadas na Matriz Nossa Senhora da Piedade.

Dom Magnani faleceu em 1921, sendo realizada na data de seu falecimento uma missa de corpo presente na Capela de São Benedito, em homenagem ao Padre. Hoje, seus restos mortais estão enterrados no Santuário Nossa Senhora da Piedade, e a praça da mesma Igreja recebeu o nome de Dom José Magnani.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos constatar que durante a República Velha (1889-1930), algumas características do fenômeno coronelista estiveram presentes no município de Lençóis Paulista. Dentre elas é possível destacar o mandonismo, caracterizado segundo Leal (1997) pela perseguição contínua e quando necessária violenta aos adversários; expressa principalmente através das perseguições políticas realizadas ao Padre Dom José Magnani; idealizadas pelos adeptos do coronel Joaquim Gabriel de Oliveira Lima e pelo engenheiro Ismael Falcão.

Outra característica observada no município de Lençóis Paulista em relação ao sistema coronelista é a existência do paternalismo, identificado através da atuação de Dom José Magnani em prol dos imigrantes italianos; além de sua preocupação em promover benfeitorias públicas.

Pudemos constatar também que o Padre Dom José Magnani exerceu uma grande influência política, econômica e religiosa no município de Lençóis Paulista durante a Primeira República; apresentando-se como um republicano convicto; defendendo suas idéias políticas até a morte. Dom Magnani atuou também como o principal responsável pela edificação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade; e sua influência religiosa e econômica está vinculada à construção da Igreja; pois ao ser nomeado o “Fabriqueiro da Paróquia”, o padre passou a ser o detentor do patrimônio da Igreja.

Portanto, é possível afirmar que Dom José Magnani deve ser considerado um coronel de batina em Lençóis Paulista, pois ele apresenta algumas características primordiais para a constituição de um chefe local.

CHURCH AND CORONELISMO: THE DOM FATHER JOSEPH MAGNANI BETWEEN CORONA DE LENÇÓIS PAULISTA

ABSTRACT

This study aims to present the phenomenon colonels in Lençóis Paulista, highlighting the main features of the system studied by several authors. Also seeks to identify the stays associated with the phenomenon in our society. Proposed to investigate the existence of the phenomenon in the municipality of Paulista sheets during the Old Republic (1889-1930), showing a typical example of colonel, characterized by the actions of Father José Magnani. Thus, we confirm the insertion of Joseph Magnani in the list of colonels lençoenses, showing its merits. We can consider that it exerted great influence political, economic and religious in the city, features essential for the formation of a local chief, setting up as a colonel in the cassock Lençóis Paulista.

Keywords: Coronelismo. Lençóis Paulista. Father Joseph Magnani. Old Republic.

REFERÊNCIAS

CARONE, E. **A Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CHITTO, A. Lençóis Paulista: boca do sertão. **O Eco**, Lençóis Paulista, SP, 1980.

_____. Lençóis Paulista nos seus 120 anos. **O Eco**, Lençóis Paulista, SP, 1978.

_____. Lençóis Paulista: ontem e hoje. **O Eco**, Lençóis Paulista, SP, 1972.

CHITTO, T.; CHITTO M. **História de Nossa Gente: Lençóis Paulista, 150 anos**. Lençóis Paulista, SP: Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, 2008.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

JANNOTI, M. L. J. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.